

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Unidades de proteção integral. E conflitos socioambientais nas matas secas do norte de Minas Geraisais .

Carolina Poswar de Araújo Camenietzki y
Rômulo Soares Barbosa.

Cita:

Carolina Poswar de Araújo Camenietzki y Rômulo Soares Barbosa (2009). *Unidades de proteção integral. E conflitos socioambientais nas matas secas do norte de Minas Geraisais. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1082>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Unidades de proteção integral

**E conflitos socioambientais
nas matas secas do norte
de Minas Gerais**

Carolina Poswar de Araújo Camenietzki

*Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social
Universidade Estadual de Montes Claros
carolposwar@hotmail.com*

Rômulo Soares Barbosa

*Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social
Universidade Estadual de Montes Claros
romulo.barbosa@unimontes.br*

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar de que forma a instituição das unidades de proteção integral no Norte de Minas Gerais influencia nas estratégias de sobrevivência dos povos que vivem na área de abrangência do Parque Estadual da Mata Seca, localizado no município de Manga/MG, procurando examinar quais as influências que seu caráter restritivo pode ter para a existência de conflitos socioambientais na região. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica, entrevistas e observação direta. O processo

de modernização conservadora a região norte-mineira, impulsionado pelos incentivos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – a partir da década de 1970, intensificou as ações de degradação ambiental, social e econômica na região, impactando diretamente a dinâmica dos seus povos. A partir de então, modelos e visões de mundo se chocaram diante da nova realidade. Neste sentido, como compensação aos efeitos ecodestrutivos dos empreendimentos instalados, foram criados, a partir da década de 1990, os Parques Estaduais. Como unidades de proteção integral, suas áreas são de posse e domínios públicos com uso restrito e visitação sujeita às normas previstas no plano de manejo. Porém, a criação destes parques, produz necessariamente, transformações nas estratégias de reprodução social dos grupos que os habitam e os circundam. A partir das análises, constatou-se que a visão de proteção e apropriação dos recursos naturais, por meio da criação de Unidades de Conservação, no Norte de Minas Gerais, tem sido um gerador de conflitos socioambientais. Neste sentido, os processos em curso nas Matas Secas nesta região explicitam conflitos entre a política estadual de proteção ambiental, assentada na criação dos parques e as práticas de reprodução socioeconômica dos seus povos.

Palavras-Chave: Unidades de Proteção Integral, Conflitos Socioambientais, Territorialidades.

Introdução

A partir dos anos 1990 o Norte de Minas Gerais tem experimentado a instalação de Unidades de Proteção Integrais, como uma compensação ambiental à expansão do agronegócio, especialmente os projetos de fruticultura irrigada à margem do Rio São Francisco. Neste sentido, a criação de Unidades de Conservação na Mata Seca Mineira tem como principal motivação a preservação de áreas como condicionantes ambientais oficiais da criação e expansão de projetos de agricultura/fruticultura irrigada na parte mineira do

vale do Rio São Francisco, especialmente, o Projeto Jaíba. (ver Quadro I). Conforme Anaya et al (2006), no ano de 2003, os recursos financeiros destinados à etapa II do projeto Jaíba, foram condicionados à concessão da *Licença de Operação* (LO) determinada pelo COPAM, que definiu diversos condicionantes sócio-ambientais ao projeto Jaíba relacionadas à Mata Seca.

Quadro 1
Unidades de Conservação criadas como compensação ambiental ao Projeto Jaiba

UC – Integral	Criação	Área / ha	Município
Parque Estadual Lagoa do Cajueiro	Dec. 39.95408/10/1998	20.500	Matias Cardoso
Parque Estadual Verde Grande	Dec. 39.95308/10/1998	25.570	Matias Cardoso
Parque Estadual da Mata Seca	Dec. 41.447920/12/2000	10.281,44	Manga
Reserva Ecológica Serra Azul	Dec. 3995008/10/1998	7.285	Jaiba
Reserva Legal - Jaiba I	X	7.317,82	Matias Cardoso
Reserva Legal – Jaiba II	X	1)1775,7 22) 6.437,77	Jaiba
Total	X	85.377,75	X
UC – Sustentável	Criação	Área / ha	Município
Área de Proteção Ambiental (APA) Serra do Sabonetal	Dec. 39.952, de 08/10/1999	82.500	Itacarambi, Jaiba e Pedras de Maria da Cruz
Área de Proteção Ambiental (APA) do Lajedão	Dec. 39.951, 08/10/1998	12.000	Matias Cardoso

Fonte: RICAS (2006)

A região do norte do estado de Minas Gerais vem sendo transformada, nos últimos anos, com a criação de Unidades de Conservação do tipo Unidade de Proteção Integral – UPI -, especialmente, parques estaduais. Estes parques, a exemplo do Parque Estadual da Mata Seca, se inserem dentro das estratégias de promoção de áreas de conservação dos recursos naturais como ações de mitigação da degradação ambiental provocada pelos projetos agropecuários financiados pelo próprio Estado.

Por serem áreas de uso indireto e acesso restrito, o processo de implementação de UPIs, necessariamente, está envolvido em relações de conflitos. Quer em função da desapropriação da área onde será instalada a unidade de conservação, quer pela reação da população local como consequência das restrições. São relações intrínsecas à configuração, a desconfiguração e reconfiguração de territóriosⁱ(SANTOS, 2002).

ⁱ Para Castro (2000, p. 166) o território é um espaço ao qual um certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle dos recursos e sua disponibilidade no tempo. Complementando a idéia do autor, podemos ainda citar Little (2002, p. 13), para qual o território é caracterizado conforme as significações que

Localizado na região norte do Estado de Minas Gerais, no município de Manga, o Parque Estadual da Mata Seca (PEMS), foi criado pelo decreto nº 41.479 de 20 de dezembro de 2000, como uma condicionante ambiental do projeto de irrigação Jaíba/Morro Solto. De acordo com documento oficial de criação do parque, *Parque Estadual da Mata Seca* (IEF, 2000), os condicionantes ambientais do projeto Jaíba, foram determinadas pela Câmara de Atividades Agrossilvopastoris e Câmara de Infra-estrutura do Conselho de Política Ambiental (COPAM), através do processo COPAM nº 339/01/97. Esse processo dispõe sobre a criação de uma unidade de conservação (UC) à margem esquerda do Rio São Francisco, com objetivo de preservação da área, das espécies animais e vegetais do complexo da bacia.

O entorno do parque, também denominada área de influência, possui um raio de 10 km da borda de sua extensão, e envolve os municípios de Manga, Itacarambi, Matias Cardoso e São João das Missões. A população total dos quatro municípios é de 58.244 pessoas. Habitam nesta região uma diversidade de populações, com tradições culturais e históricas próprias, consideradas algumas, inclusive, patrimônio cultural. São remanescentes de quilombos (comunidade de Várzea de Manga), indígenas (Xacriabás) e população do campo (ribeirinhos, pescadores, etc.), que possuem problemas específicos ligados a terra, ao seu uso e políticas públicas diferenciadas para cada segmento.

Desta forma, estes povos passam a ter seus territórios e suas estratégias agroambientais moldados a partir da instalação dos parques, o que provoca na região uma situação de conflito entre as diferentes concepções de apropriação dos espaços naturais entre os povos do entorno destes parques e a política ambiental do Estado.

A instalação do Parque Estadual da Mata Seca e as implicações sobre as dinâmicas dos povos do lugar

lhes são atribuídas, passando a ter um valor simbólico, onde a imemorialidade é constantemente reafirmada a partir da reprodução cultural do grupo, que se baseia na ocupação e utilização comunal do espaço.

O modelo de desenvolvimento implementado no Norte de Minas Gerais, a partir dos anos 1970, através das estratégias introduzidas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE - fundamentou-se em quatro pilares fundamentais: agricultura/fruticultura irrigada, monocultura de eucalipto, pecuária extensiva e monocultura de algodão (FEITOSA & BARBOSA, 2005).

Este processo denominado por muitos autores como “modernização conservadora” acarretou vários impactos para a vida das populações tradicionais do Norte de Minas. Dayrell (1998) afirma que este acontecimento foi como uma segunda colonização do Cerrado norte-mineiro. Ribeiro (2005, p. 187) aponta ainda que o novo colono do Cerrado

(...) não é o migrante nordestino, nem o minifundiário ou sem-terra do sul, mas agricultores selecionados pela sua capacidade empresarial e potencialidade de implementarem todo o pacote tecnológico, que já vinha sendo desenvolvido para a exploração agrícola daquela região.

No entanto, os incentivos oferecidos a partir da lógica da SUDENE não condiziam com a realidade dos trabalhadores e povos tradicionais que foram despojados de suas terras. Muitas vezes estes tiveram que se submeter a vínculos empregatícios precários, ou em alguns casos, nem mesmo conseguiram este emprego. Soma-se a isto a perda do espaço do comércio que passou a preferir as mercadorias produzidas pelos projetos, o que ocasionou no enfraquecimento da potencialidade produtiva do pequeno agricultor (RIBEIRO, 2005).

Para Feitosa & Barbosa (2005) este processo estabeleceu um novo quadro socioeconômico e ambiental para os agricultores familiares. As mudanças ambientais se referem às alterações no ecossistema que, sofreu de tal forma, que as matas, os solos, o potencial hídrico e a forma de produtividade da região se diferenciaram e se degradaram substancialmente. A mata, com característica mais de cerrado, sofreu grande degeneração o que influenciou na qualidade do solo, que, devido às mudanças climáticas e diminuição das chuvas, ocasionou um processo de intensa deterioração dos recursos naturais. À

diminuição das chuvas, somou-se o incentivo às monoculturas e aumento da utilização de insumos químicos.

Desta forma os pequenos produtores rurais foram prejudicados por este novo sistema produtivo que dependia de empréstimos e grandes investimentos para o aumento da produtividade. Zhouri *et al* (2008, p. 34-35) faz a seguinte análise deste novo quadro regional:

Fundamentadas por uma lógica mercantil, essas políticas promoveram a vinculação da região ao mercado externo, alterando as dinâmicas sociais e a lógica produtiva vigente. O resultado foi a expropriação dos agricultores de seu território, a degradação dos recursos naturais e o aumento da concentração fundiária em toda região. Desta forma, um novo quadro sócio-econômico e ambiental se configurou para os povos que viviam no mundo rural norte-mineiro, acentuando as desigualdades sociais e desestruturando o modo de vida sertanejo.

As mudanças sociais são reflexos do modo como foi planejado este novo processo de acumulação de capital no Norte de Minas Gerais. Segundo Ribeiro (2005, p. 198)

Uma das conseqüências da mecanização agrícola, tanto na área do Cerrado, como no restante do país, foi a redução relativa do emprego de mão-de-obra em comparação a expansão da atividade agropecuária (...) soma-se ao desemprego a questão da concentração da terra, que tem sido aqui uma constatação importante e relativamente ampla (...).

Podemos citar também, de acordo com Ribeiro (2005), outras conseqüências de ordem social como a intensificação da migração rural-urbana, a concorrência desleal entre os produtos e a fragilidade das políticas que atendem às novas demandas dos povos tradicionais que fazem parte dos chamados pequenos produtores.

Segundo Pereira (2005, p. 119) “nos últimos anos, no Brasil, diversas discussões se debruçam sobre as ‘possibilidades’ da perspectiva de desenvolvimento ‘sustentável’”. Estas análises do ponto de vista da conservação do meio ambiente são impulsionadas pelo crescente número de acordos nacionais e internacionais que se baseiam na premissa da preservação do planetaⁱⁱ. É nesta direção que foi criado no ano de 2000 o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação.

As Unidades de Conservação são definidas como espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, são legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. As unidades de conservação são divididas em Unidades de Proteção Integral (UPI) e Unidade de Uso Sustentável.

Os parques, como UPI’s, são áreas de posse e domínios públicos com uso restrito e visitação pública sujeita às normas previstas no plano de manejoⁱⁱⁱ. Têm como finalidade a

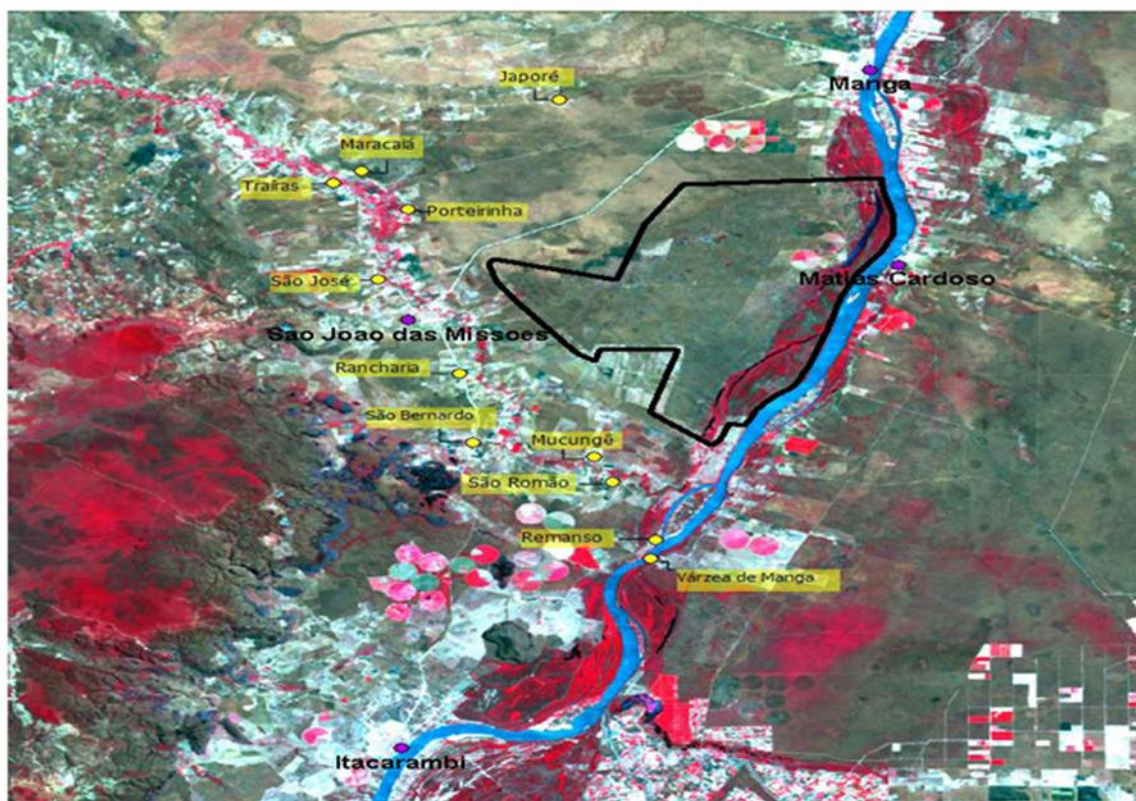
ⁱⁱ Como exemplo, podemos citar o Relatório Brundtland, a ECO-92, e as constantes ações de organismos em defesa do meio ambiente como a World Wildlife Fund – WWF.

ⁱⁱⁱ O Plano de Manejo é um documento básico à administração de uma área protegida e, segundo o SNUC, toda área protegida deve elaborar e adotar este documento como guia para a sua administração. Neste plano devem ser identificados os assuntos mais importantes relacionados à administração da área, definidas as políticas para alcançar objetivos da unidade de conservação, fixadas as prioridades e detalhadas as estratégias para implementação das ações de manejo. Este Plano também serve como uma ferramenta de comunicação para fazer com que aumente a percepção e haja compreensão e apoio do público em geral sobre a importância da unidade de conservação. Tal compreensão é importante para permitir a cooperação da população local e o apoio político necessário para consolidar os objetivos da unidade de conservação. A elaboração dos Planos de Manejo das unidades de conservação de forma participativa tem sido um marco inicial para o estabelecimento de conselhos consultivos das unidades, como previsto na Lei 9.985/00 (SCHENINI, COSTA & CASARIM, 2004).

preservação de ecossistemas naturais, possibilitando a realização de pesquisas científicas, desenvolvimento de atividades educativas e turismo ecológico (ANAYA *et al*, 2006).

No entanto, as limitações de manejo da área dos parques e do seu entorno acabam por atingir os povos que vivem em sua área dependendo diretamente do meio ambiente como a terra para plantio, as frutas, o rio e os lagos para se auto-sustentarem. Estes espaços configuram-se como meio de efetivação de suas estratégias e sobrevivência, uma vez que os povos reconhecem a natureza tanto no campo das atividades do fazer, das técnicas e da produção, quanto no campo da simbólica (POZO, 2002).

Figura 1
Delimitação do Parque Estadual da Mata Seca e comunidades em seu entorno



Fonte: Zhouri *et al*, 2008

Na Figura 1 percebe-se a variedade de povos e comunidades que estão na área do entorno do Parque Estadual da Mata Seca, evidenciando o conflito existente na região.

Pereira (2005) ainda aponta as limitações às quais o processo de elaboração dos planos de manejo ocorre. Para a autora, este procedimento ocorre de “cima” para “baixo”, visando atender a interesses particulares ou até mesmo de um só empreendedor, o que

transforma o patrimônio público em privado. “Assim, determinados usos são suplantados por outros, sem grandes preocupações do setor público quanto às futuras condições de sobrevivência para os antigos moradores que eram os pequenos produtores (Idem, p. 131)”.

A função de proteger integralmente as áreas pertencentes ao parque, ao limitar as estratégias de sobrevivências dos povos - através do seu plano de manejo - acaba por tensionar a existência de conflitos socioambientais naquela região. A redução dos meios de subsistência para as populações residentes em áreas protegidas e a criminalização de atividades extrativistas sem a contrapartida de uma política de desenvolvimento sustentável podem dificultar a compreensão de novas práticas de preservação da natureza (MARAGON & AGUDELO *apud* PEREIRA, 2005).

Neste sentido, observa-se que, o papel de sujeitos conhecedores dos espaços o qual está inserido o Parque Estadual da Mata Seca tem sido minimizado. Para que este cenário mude, segundo Paraíso (2005, p. 149) é necessário que os conceitos de participação, sociedade civil e cidadania sejam aguçados no interior destes espaços. Para a autora,

O conhecimento da realidade local, dos desejos e objetivos da população com a qual se irá trabalhar é um importante princípio de abordagens participativas. Sob a premissa de participação, a incorporação do conhecimento local nos programas de conservação ambiental e desenvolvimento social seria capaz de reduzir a predominância do discurso técnico-científico e promover o ‘empoderamento’ da população local.

Percebe-se, a partir das argumentações levantadas, que tem ocorrido na área de abrangência do Parque Estadual da Mata Seca, um processo de subestimação da participação dos povos ali inseridos. Neste sentido, a legislação implementada naquela região não leva em conta o papel fundamental que estes povos têm para a preservação e o uso sustentável dos espaços naturais. Certamente, podemos afirmar que a Mata Seca no Norte de Minas Gerais se coloca como um importante aliado às estratégias econômicas e

sociais para os povos da região. O que implica, necessariamente, na construção de propostas de uso sustentável dos recursos naturais que incorpore à dinâmica de conservação as práticas agropecuárias e agroextrativistas realizadas secularmente pelos povos do lugar.

Considerações Finais

Os processos em curso nas Matas Secas do Norte de Minas Gerais explicitam um conflito entre a legislação ambiental e as práticas tradicionais dos povos da região. No que tange a legislação inerente a construção destes parques, estas restrições acabam por limitar as estratégias de sobrevivência dos povos que dependem fundamentalmente dos recursos naturais para a sua reprodução social, cultural e econômica.

As dinâmicas dos povos que vivem no entorno do Parque Estadual da Mata Seca envolvem toda uma relação de reciprocidade e dependência mútua com a natureza. Estes povos utilizam as matas, de onde extraem plantas usadas como remédios, alimentos, frutas, também as lagoas e o rio como fontes de pescado, constituindo como instrumentos que compõem suas estratégias de reprodução social. Estes ambientes são também, espaços que fazem parte de sua cultura, do seu modo de vida, que se expressa em práticas seculares de existência.

Como mostrado pelo mapa, o Rio São Francisco é borda imediata do parque. Neste sentido, a unidade de proteção integral limita o acesso às matas e às lagoas que se encontram entre o rio e os povos que habitam o entorno do mesmo. Assim sendo, atividades tradicionais tornam-se criminalizadas uma vez que, a área do parque não pode ter nenhuma intervenção humana e nenhuma extração dos recursos naturais.

A partir das análises, constatou-se que o processo de instituição do Parque Estadual da Mata Seca tem implicado para os povos que habitam o seu entorno uma reconfiguração dos seus territórios.

Estas restrições, inerentes às áreas de unidades de conservação e do seu entorno, acabam por limitar as estratégias de sobrevivência destes povos que dependem fundamentalmente dos recursos naturais para a sua reprodução social, cultural e econômica. Neste sentido, ao restringir o acesso às estratégias de sobrevivência destes povos, instaura-se uma situação de conflito socioambiental naquela região.

Referências:

- ANAYA, Felisa; BARBOSA, Rômulo S; SAMPAIO, Cristina. Sociedade e Biodiversidade na Mata Seca Mineira. Unimontes Científica Revista da Universidade Estadual de Montes Claros / Universidade Estadual de Montes Claros. – v 8, n. 1, (jan/jun. 2006) – Montes Claros: Unimontes, 2006.
- CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos (A.C. Diegues, org). 2 ed. Hucitec, São Paulo, 2000.
- POZO, O. V. C. Regimes de Propriedade e Recursos Naturais: a tragédia da privatização dos Recursos Comuns no Norte de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado. UFRRJ, 2002.
- FEITOSA, Antônio Maurílio A., BARBOSA, Rômulo Soares. Homem e a Natureza os Gerais de Minas. EDUCARE: Revista Científica da Faculdade de Educação – Instituto Superior de Educação Ibituruna - ISEIB> v.1, n.1. Montes Claros- MG: Editora ISEIB, 2005.
- LITTLE, P. Territórios Sociais e Povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: Simpósio “Natureza e Sociedade: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia”. XXIII Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado-RS, 19 de junho de 2002.
- PEREIRA, Doralice Barros. Paradoxo do Papel do Estado nas Unidades de Conservação. In ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org’s). A Insustentável leveza da Política Ambiental – Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Da “largueza” ao “cerceamento”: um balanço dos programas de desenvolvimento do Cerrado. In ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org’s). A Insustentável leveza da Política Ambiental – Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Da “largueza” ao “cerceamento”: um balanço dos programas de desenvolvimento do Cerrado. In ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org’s). A Insustentável leveza da Política Ambiental – Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- SANTOS, Milton. O País Distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.
- SCHENINI, P. C.; COSTA, A. M.; CASARIN, V. W. Unidades de Conservação: Aspectos Históricos e sua Evolução. IN: COBRAC - CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO-UFSC. 2004, Florianópolis. Anais. Florianópolis, 2004.
- SNUC, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5 ed. Brasília: MMA/SBF, 2004. 56p.
- ZHOURI, A.; BARBOSA, R. S.; ANAYA, Felisa; ARAUJO, E. C.; SANTOS, F. D. ; SAMPAIO, Cristina . Processos Socioambientais nas matas secas do norte de Minas Gerais: políticas de conservação e os povos do lugar. MG. BIOTA, v. 1, p. 14-27, 2008.